

UM OFÍCIO MILITANTE: OS COMPASSOS DA PROFISSÃO DOCENTE E A QUESTÃO SALARIAL EM MINAS GERAIS (1977-2004)

Mauro Passos

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

2. História da Profissão Docente e das Instituições Escolares

Nas últimas décadas do século XX, vários estudos têm sido feitos sobre a profissão docente – ofício militante. O processo de constituição da profissão docente em Minas Gerais, como em todo o país se dá num período em que, em função das questões sociais e políticas, educar e instruir são consideradas ações diferentes. Instruir significa transmitir conhecimentos. Educar é preparar o ser humano para o seu meio e seu tempo, ou seja, formar, civilizar, inculcar valores.

A natureza e identidade do trabalho docente devem ser pensadas como vivência concreta de relações sociais. Não se trata, portanto, de considerar a formação num primeiro momento para, em seguida, vincular a questão da profissionalização. O domínio do conhecimento, os modelos, prescrições e qualidades a serem perseguidas, os vícios e defeitos a serem afastados, as habilidades e desempenhos a adquirir, por um lado. Por outro, os embates profissionais, tais como as campanhas salariais, promoções na carreira, políticas de gestão democrática, reorganização do tempo e espaço escolares, estatuto do magistério, elaboração de Plano de Carreira entram em cena no processo de formação e profissionalização do magistério. A experiência reflexiva torna-se, portanto, um elemento chave neste sentido. Assim, podemos incluir os estudos de NÓVOA (1992), PERRENOUD (1993), SAVIANI (2004), ALMEIDA (2004), BASTOS (2004), PASSOS; PEIXOTO (2005), dentre outros. Esses diversos estudos, com diferentes marcos teóricos, possuem um denominador comum – a compreensão do trabalho docente a partir de sua origem, relações de trabalho e relações sociais. No entanto, o magistério como profissão, guarda outras características e apóia-se também na construção do Outro – (a) aluno(a). Ser que precisa aprender valores, virtudes, normas e princípios. No entanto, nesse estudo privilegiarei o aspecto profissional do exercício docente.

Acompanhando o movimento dos profissionais da educação, a partir da década de 1970, podemos visualizar um novo exercício político.

Percebe-se que está em sintonia com os movimentos sociais e culturais. É um novo desenho sobre a profissão docente. Muitos conflitos que perpassam a categoria profissional do magistério ficam mais visíveis nos momentos de campanhas salariais e de greves.

O presente trabalho faz um estudo do movimento docente entre 1977 - 2004, quando foi aprovado o Plano de Carreira do Magistério Público Mineiro. Tem por objetivo pesquisar o movimento docente a evolução salarial do magistério público em Minas Gerais, nesse período. Com isso, reconstrói a história deste período, analisando e comparando os artigos e as diversas formas de movimentação dos(as) professores(as) divulgados no Boletim do Sindicato da União dos Trabalhadores do Ensino (Sind-UTE), com os argumentos, leis e decretos dos órgãos governamentais do Estado. A imprensa constitui-se, portanto, uma das fontes para esse estudo histórico, ao lado dos documentos legais. Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Profissão docente (GEPPDOC), do Mestrado em Educação da PUC Minas: “O mito da era de ouro do magistério: salário e profissão docente”. O marco histórico escolhido está circunscrito num período em que a questão profissional e salarial tornou-se o mote da categoria.

Antes de entrar na seriação dos fatos e no alinhamento das fontes deste período histórico, quero fazer algumas considerações. Os movimentos sociais estão permeados por debates, negociações e ajustes, por um lado. Por outro, são divididos por agitações, controvérsias e divergências. A análise dos fatos e a busca de sua reconstituição demonstram que o processo de profissionalização docente em Minas Gerais foi-se corporificando graças a um conjunto de fatores internos e externos. É uma história de lutas, conquistas e perdas. Procurei selecionar as informações. Privilegiei as notícias registradas na capital, pois muitos debates, negociações e acordos aconteceram em Belo Horizonte. Foi o espaço que sediou vários tipos de movimentação e onde estavam/estão as organizações associativas dos professores e os órgãos e instituições políticas do governo mineiro. O medo e a crítica negativa às diversas formas de movimentação estiveram também presentes nesse espaço e deixaram suas marcas. Para este período, especificamente, é necessário considerar alguns aspectos, tais como:

- 1) A relação governo e profissão docente;
- 2) O movimento associativo dos professores

Fiz uma compilação dos fatos, avaliando-os e analisando-os, sem, no entanto, tecer novas teorias sobre a profissão docente. É bom lembrar que o professor da educação básica e fundamental ganha destaque na década de 1980. Os fatos registrados nos jornais, nos documentos do Estado e nas associações retratam as questões do magistério, seus problemas e perspectivas. Os documentos encontrados são práticas discursivas, pois expressam interesses, demandas, moldam maneiras de constituir a profissão docente e de compreendê-la.

1. A relação governo e profissão docente

A educação no Brasil, historicamente, é um campo que apresenta diferenciações e vários condicionamentos, permeados por intencionalidades, temporalidades múltiplas, disputas e alterações de poder. Durante um longo período de tempo, o conceito de profissão docente não esteve associado a sua prática social, mas à representação que deveria ser cumprida por quem ocupava esse papel. Em lugar de profissão, falava-se em vocação docente.

A partir da década de 1990, as instâncias governamentais começaram uma nova política, direcionada para a avaliação do desempenho dos professores. As universidades reforçaram os cursos de especialização para o magistério. A ordem do dia era a formação/qualificação dos professores. Os mecanismos de controle eram balanceados pelas propostas de competência e produtividade. Com isso, os professores começaram a responder a este novo perfil que lhes era imposto – um intenso processo de avaliação. Qual o significado de uma especialização neste mundo competitivo? Como esses novos conhecimentos contribuem para a profissionalização docente? Qual o retorno deste investimento para o profissional da educação? A avaliação serviu/serve para definir o *ethos* regulador, com capacidade de informar quem é este professor, por um lado; e, por outro, para favorecer à competitividade.

Em 1977 foi sancionado o novo Estatuto do Magistério, em Minas Gerais, pelo Governador Aureliano Chaves, Lei No 7.109/1977. De acordo com a nova lei, o Quadro do Magistério passava a compor-se de cinco carreiras: professor, supervisor pedagógico, administrador educacional, inspetor escolar, orientador educacional. A carreira do magistério estava desdobrada em vários níveis. O professorado passava a ter seus vencimentos nivelados aos integrantes do Quadro Permanente. Outra vantagem estava na instituição de dois regimes de trabalho – o básico, com 24 horas semanais e o especial com 40 horas. Outra conquista diz respeito ao Período Sabático. O **Minas Gerais** publica as normas desse benefício:

Outra novidade é o Período Sabático, devido a cada período de seis anos de serviço, ainda não incorporado à legislação brasileira, em nenhum nível de ensino. A criação desse benefício fundamenta-se no reconhecimento de que, dada a natureza de suas atividades, o professor faz jus a um período mais prolongado de repouso – ou sejam 120 dias – sem prejuízo do direito às férias anuais e às férias prêmio ¹.

Essa nova regulamentação alarga a visão do educativo. É preciso, no entanto, entender a distância entre o nível de discurso e da prática. Há uma série de implicações que operam nesse sentido e fazem frente às demandas do professorado. No mesmo ano da publicação do Estatuto do Magistério, o Secretário da Educação, José Fernandes Filho, reforça o compromisso de estimular e abrir espaço para uma “escola nova”, capaz de dialogar com as diversas expressões artísticas, o esporte e a incorporação de bibliotecas em cada unidade escolar.

A promulgação a nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN/1996) veio reforçar a alínea V da Constituição Federal no que diz respeito ao Plano de Carreira para o Magistério. A trajetória desta nova lei movimentou diversas instituições e entidades representativas do magistério. Isso motivou as negociações para a elaboração do Plano de Carreira ².

O Plano Nacional de Educação, Projeto de Lei No. 4. 173/1998, com suas prescrições, trouxe contribuições para o Plano de Carreira do Magistério, particularmente, no que diz respeito à formação do magistério:

3.9: Formação de Professores e Valorização do Magistério

I. Implementar, já em 1998, a criação de novos planos de carreiras para o magistério e de novos níveis de remuneração em todos os sistemas de ensino, com piso salarial próprio, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, assegurando a promoção por mérito ³.

Dessa maneira, a própria legislação foi incorporando um novo significado para o exercício docente – a formação profissional, a valorização profissional do magistério. Foi um indicador

¹ Op. Cit. Lei N. 7.109, de 13 de outubro de 1977, p. 167.

² Cf. CAMPANHA SALARIAL/EDUCACIONAL 94 – Sind UTE. Boletim n.9, 03/11/1994. Este periódico do Sind UTE afirma que várias negociações entre a Secretaria de Educação e o Sind UTE estavam sendo feitas. O sindicato dos professores exigia um debate mais amplo e a aprovação do Plano pela Assembléia Legislativa. Há dois anos os debates vinha sendo feitos e precisavam avançar em questões como a boa qualidade da escola pública e a questão salarial.

³ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Plano Nacional de Educação. In: SAVIANI, Dermeval. *Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por uma outra política educacional*. Campinas: Autores Associados, 1998, p. 113.

nessa direção. À qualificação profissional, foi sendo acoplado, indiretamente, o acesso ao seu fazer social – o entendimento de sua função na sociedade, enquanto trabalhador e o reconhecimento de sua atividade como ofício e profissão ⁴.

O governo aceita discutir o Plano de Carreira com o Sind-UTE. Em 1997 enumera diversos aspectos para sua elaboração:

I – Plano de Carreira

1.1. Carreira centrada na valorização por mérito, desempenho na Escola e habilitação;

1.2. Substituição da estrutura de P1 a P7 por outra simplificada contendo apenas dois cargos: P1 e P2. Haverá enorme flexibilidade para se praticar melhoria salarial no interior dos novos cargos;

1.3. Até novembro publicaremos oficialmente a síntese geral da proposta;

1.4. O Ministério da Educação fixou o prazo-limite de junho de 1997 para que os Estados e Municípios concluam suas propostas e as encaminhem para deliberação legislativa. O Projeto de Lei do Plano de Carreira do Magistério de Minas Gerais será enviado à ALEMG até maio de 1998 ⁵

A discussão do Plano de Carreira foi um espaço significativo de exercício democrático. Os vínculos entre educação, trabalho e profissão docente compõem este diálogo. Nesse aspecto, é importante considerar a compreensão que se vai tendo das políticas educacionais, além das disposições normativas do Estado. A elaboração do texto foi acontecendo no processo, nos encaminhamentos e em sobressaltos. O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind UTE/MG) teve que saber se articular junto às artimanhas e práticas políticas governamentais.

2. O movimento associativo dos professores

O trabalho docente atual é resultado de modificações importantes que foram ocorrendo historicamente. As discussões, acerca desse tipo de trabalho, trazem à tona reflexões sobre seu papel na sociedade capitalista e como esse papel toma forma na construção da identidade docente. A análise do discurso ajuda-nos a compreender o poder da linguagem em criar

⁴ Destaco a conferência pronunciada na Universidade de Stanford por DERRIDA (2003, p. 41-54) que foi publicada no Brasil. Ele desenvolve uma reflexão sobre o lugar da Universidade num mundo globalizado e na segunda parte faz uma abordagem sobre o significado dos conceitos de “trabalho”, “trabalhador”, “ofício” e sua relação com a Universidade e as Humanidades.

⁵ EDUCAÇÃO, TERRA E TRABALHO. Campanha salarial / Educacional 97. Sind UTE / MG, Belo Horizonte, n. 28, 23/09/1997, p. 2. O documento do governo, na íntegra, contém 8 páginas. Limitou-se a tentativas de justificar as ações e propostas do Estado sobre o Plano de Carreira.

representações no tempo e no espaço sobre o papel da docência. As representações no imaginário social sobre o magistério revelam, durante um largo espaço de tempo, uma relação de amor, sacrifício e abnegação com o seu exercício. No entanto, houve modificações nesse tipo de representação. Em 1981, a Presidente da UTE em Uberlândia, Profa. Nilza Alves de Oliveira, publica no Jornal **Primeira Hora** um artigo e denomina os professores de “Bóias-frias do ensino”:

Em Minas Gerais, temos mais de cem mil professores contratados ilegalmente, verdadeiros bóias-frias do ensino. Compondo o quadro, temos perda constante de salário, escolas sendo fechadas, Diretoras funcionando como policiais, ausência de observação da progressão profissional e o mais grave de tudo: desilusão. Os valores apregoados pela sociedade, até então, são negados pelo Governo Estadual, que é o de honrar compromissos assumidos ⁶.

Como se pode observar, entram em jogo novas representações como salário, tempo, número de aulas, promoção, autonomia. Essas são questões novas, por isso a categoria necessita dominar determinados conhecimentos para se colocar frente aos órgãos e instituições governamentais.

A luta por condições dignas de trabalho e pela reafirmação do prestígio da profissão docente era uma forma de resgatar o prestígio social do magistério. Em 1979, acirra-se o embate entre magistério e poder político. Um instrumento importante nesse sentido foi a imprensa. A trajetória do movimento do magistério revela um quadro histórico heterogêneo. Está associada a um contexto de crise e de embate entre governo e categoria, qualificação e desvalorização profissional, modernização e proletarianização da ação docente. O quadro abaixo demonstra o rumo que essa história foi tomando.

Ano	Governador	Movimento	Conquistas / Problemas
1979	Francelino Pereira	Greve: 41 dias	Reajuste de 114% Equiparação para os inativos Reajuste semestral Regulamentação da convocação Sem punição e sem corte do ponto
1980	Francelino Pereira	Greve: 17 dias	Efetivação de 20 mil professores Concurso para P3, P5, Inspetores, Orientadores, Supervisores Reposição de 12,5% (3 parcelas) Prisão de grevistas Demissão e suspensão

⁶ OLIVEIRA, Nilza Alves de. Os bóias-frias da educação. **Primeira Hora**. Uberlândia, 12 set. 1981, p. 02.

1981 a 1982	Francelino Pereira		Campanhas Reivindicações Mobilização da classe
1984	Tancredo Neves	Greve: 17 dias	Biênio de 5% Progressão horizontal Acesso de P1 para P2 Salário mínimo para auxiliares de serviço
1985	Hélio Garcia	Greve (mobilização difícil)	Reajuste semestral 13°. Salário Promoção por acesso Concurso P3, P5 e Auxiliares de Serviço
1990	Newton Cardoso	Movimenta ção	. Pó-de-giz com incorporação de 30% e manutenção dos outros 20% de benefício . Concurso P1 . Aumento do número de BTN´s para os níveis de Auxiliares de Serviço e Magistério . Pagamento dos efetivos até 5°. Dia útil . Pagamento de salários atrasados pelo valor atualizado . Pagamento dos dias parados . Calendário de reposição

1991	Hélio Garcia	Greve: 86 dias	. Vale Transporte e Vale Refeição Concurso: P3, P5 e Auxiliar de Secretaria . Eleições para Direção das Escolas Repasso periódico de verbas por aluno para a Escola . Restauração do Colegiado . Instituição das Assembléias Escolares
1991	Helio Garcia	Greve: 86 dias	. Pagamento do restante do 13°. Salário . Férias-prêmio sem parcelamento obrigatório . Retorno aos 189 dias letivos: 1°. Grau . Acerto do pagamento do pessoal contratado . Pagamento dos dias parados . Nomeação imediata para P1
1992	Hélio Garcia	Greve: 8 dias	. Adicional de 15% sobre salário de outubro, além dos 80% concedidos para todo funcionalismo público em quatro parcelas
1993	Hélio Garcia	Greve: 76 dias	. Política salarial quadrimestral com reajustes mensais de acordo c/ o aumento da receita do estado . Pagamento dos dias parados . Greve unificada do funcionalismo público . Comissão para discutir o Plano de Carreira
1994	Hélio Garcia	Movimentação	. Realização de Concurso Público para P1 . Nomeação de Auxiliares de Secretaria . Reajuste de 7,69% para P1
1995	Eduardo Azeredo	Movimentação	Aumento: . 13,21% em maio . 11,11% em junho . 13,35% em outubro . Não terceirização dos Auxiliares de Serviços Gerais
1997	Eduardo Azeredo	Movimentação	Abono de R\$45,00 para todo funcionalismo público
1998	Eduardo Azeredo	Paralisações Greve: 18/08 a 04/09	. Prorrogação do Concurso de P1 até outubro de 2000 . Redução da Escala de pagamento . Plano de Carreira com Quadro Único da Escola (Governo perde a eleição e não dá encaminhamento) . Nomeação de Concursados: P1 . Pagamento dos dias parados
1999	Itamar Franco	12 paralisações Greve: advertência (48 h – 25 e 26 de agosto)	. Pagamento do 13°. Salário (1998) . Pagamento do 13°. Salário (1999) . Eleição direta: Diretor e vice s/ concurso . Suspensão do processo de fusão de turmas . Suspensão das Municipalizações . Mudança de critérios na concessão de férias-prêmio
2000	Itamar Franco	Greve: 42 dias	. Elaboração do Plano de Carreira: parceria com Sind-UTE/MG . Concurso Público Nomeação dos P1 concursados em 1994

2000	Itamar Franco	Greve: 42 dias	Limitação do no. de alunos por sala . Espaço para discussão pedagógica na escola . Alteração da Lei 10.745/96 com revisão dos critérios para ampliação da concessão do vale-transporte . Reavaliação dos critérios do CAT Autonomia das escolas para reposição de aulas
2001	Itamar Franco	Movimentação	Publicação do edital e realização do Concurso Público para Professores com Licenciatura Plena, Especialistas de Educação e Auxiliares de Educação
2002	Itamar Franco	Movimentação	. Homologação do Concurso, nomeação e posse de Auxiliares de Secretaria, Auxiliares da Educação, Analista da Administração, Técnico da Educação, Especialista da Educação e Professores P3 e P5.

A movimentação docente marcou sua presença no cenário mineiro. As conquistas indicam a força de mobilização do professorado.

Depois de um grande período de silêncio, os trabalhadores da rede pública de ensino de Minas Gerais ousaram voltar às ruas, para reivindicar por salários, por concurso público e pela regulamentação dos professores contratados. O jornal **Estado de Minas** publica nas primeiras páginas de 22 de junho de 1979, o início da greve. Um episódio emblemático nesta greve ocorreu na Praça da Liberdade, quando os professores estavam concentrados. Os policiais receberam os professores com jatos d'água, gás lacrimogêneo e cassetetes. Em várias cidades, a categoria ocupa lugares públicos – Câmara dos Vereadores e A assembléia Legislativa em Belo Horizonte ⁷. O Secretário Estadual da Educação, Paulino Cícero tece uma série de críticas ao movimento e afirma que se trata de uma “greve sem rosto”. Esse mesmo jornal publica um depoimento de uma professora mineira que rebate as afirmações do Secretário:

Esta não é uma greve sem rosto como afirmou o nosso Secretário da Educação, Paulino Cícero de Vasconcellos. Eu sou um desses rostos. Uma mulher casada, com sete filhos, que há quinze anos chegou a Belo Horizonte, vinda das margens do Rio São Francisco, com um diploma de professora primária e muitos sonhos quanto ao magistério. Depois de 25 anos de trabalho recebo Cr\$ 3. 484,10. Se não fosse o meu marido, que ganha o suficiente para sustentar os meus filhos, nós estaríamos passando fome. Como é que o secretário fala que esta greve não tem rosto? Eu represento 1.200 professoras em greve nos bairros dos Funcionários, Serra, São Lucas, Crizeiro, Carmo-Sion, Mangabeiras, Vila Paris, Cidade Jardim. Um mil e duzentos rostos que não estão se escondendo não, que lutam, todos os dias, pela sobrevivência, pela dignidade da profissão ⁸.

⁷ Cf. ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, 22 jun. 1979, p. 3.

⁸ ———. 23 jun. 1979, p. 2.

Combatidos pela repressão militar, em 1980, alguns professores são presos e demitidos da carreira do magistério. Isso é noticiado pela **Folha de São Paulo** ⁹. A síntese histórica das greves demonstra a movimentação do professorado mineiro. Fruto híbrido, oriundo da ação governamental, da construção da categoria e de seus representantes.

Uma grande conquista do magistério mineiro foi a aprovação do Plano de Carreira em 2004. Com a promulgação da Lei N. 15.293, de 5 de agosto de 2004, pelo Governador Aécio Neves, estavam instituídas as Carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Estado de Minas Gerais. No Artigo 4º. Do Capítulo I estabelece a estruturação das carreiras:

Art. 4º. A estruturação das carreiras dos Profissionais de Educação Básica tem como fundamentos:

I – a valorização do profissional da educação, observados:

- a) a unicidade do regime jurídico;
- b) a manutenção de sistema permanente de formação continuada, acessível a todo servidor, com vistas ao aperfeiçoamento profissional e à ascensão na carreira;
- c) o estabelecimento de normas e critérios que privilegiem, para fins de promoção e progressão na carreira, o desempenho profissional e a formação continuada do servidor, preponderantemente sobre o seu tempo de serviço;
- d) a remuneração compatível com a complexidade das tarefas atribuídas ao servidor e o nível de responsabilidade dele exigido para desempenhar com eficiência as atribuições do cargo que ocupa;
- e) a evolução do vencimento básico, do grau de responsabilidade e da complexidade de atribuições, de acordo com o grau e o nível em que o servidor esteja posicionado na carreira ¹⁰.

Trata-se de um passo importante no processo histórico de sua profissionalização. Vários componentes contribuíram para isso. Entre os aspectos significativos, há de se destacar o estabelecimento de um quadro único da Educação, uma das principais defesas da categoria. Assim, ficam incluídos neste quadro, não somente os profissionais do magistério, mas todos os que atuam nas escolas, Secretaria Estadual da Educação e Superintendências Regionais de Ensino. Vários pareceres precederam sua aprovação.

⁹ “O movimento grevista iniciado pelos professores da Rede Oficial de Ensino, que tem sido essencialmente reivindicatório, ordeiro e pacífico, ganhou tintas dramáticas com a decisão dos cinco dirigentes da categoria profissional que se encontram presos no Dops, de apelarem para o recurso extremo da greve de fome. Alegam os mestres que a decisão adotada por eles tem como objetivo básico conseguir que o governo de Minas saia de sua posição intransigente e se disponha, através de fatos e não de promessas, a iniciar o diálogo até agora reclamado pelos dirigentes”. FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 04 maio 1980, p. 02.

¹⁰ MINAS GERAIS. **Diário do Executivo**, 06/08/2004, p. 4-5.

Os movimentos sociais, uma nova compreensão do fenômeno educativo e de suas práticas foram alargando o significado e a função social do magistério. A ênfase no trabalho destacou o peso das condições materiais e retirou da sombra antigas / novas questões, como trabalho, salário, profissionalização e direitos.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Jane Soares (org.). *Profissão docente e cultura escolar*. São Paulo: Intersubjetiva, 2004;

BASTOS, Maria Helena Câmara. *Histórias da profissão docente: mosaicos de uma formação*. In: TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva et alii. (orgs.) *História e formação de professores: no mercosul/conesul*. Porto Alegre: UFGS, 2004.

NÓVOA, Antônio (org.). *Os professores e sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

SAVIANI, Dermeval et. alii. *O legado educacional do século XX no Brasil*. São Paulo: Autores Associados, 2004.

PERRENOUD, Philippe. *Práticas pedagógicas, profissão docente e formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

PASSOS, Mauro; PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. *A escola e seus atores: educação e profissão docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

WEBWE, Silke. Profissionalização docente e políticas públicas no Brasil. *Educação e sociedade*, Campinas, vol. 24, n. 85, p. 1124-1154, dez. 2003.